



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS
AUTORIDADE CENTRAL ADMINISTRATIVA FEDERAL**

VI REUNIÃO DO CONSELHO DAS AUTORIDADES CENTRAIS BRASILEIRAS

RESOLUÇÃO Nº 06/2003

O **Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras**, criado pelo art. 5º do Decreto Presidencial nº 3.174, de 16 de setembro de 1.999, reunido em Brasília-DF, no dia 16 de junho de 2003, em reunião ordinária, em cumprimento de suas atribuições estabelecidas no parágrafo único do aludido artigo, de avaliar os trabalhos e traçar as políticas e linhas de ação comuns para o adequado cumprimento pelo Brasil das responsabilidades assumidas por força de ratificação da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, **deliberou** apresentar as seguintes recomendações à Autoridade Central Federal e às Autoridades Centrais no âmbito dos Estados federados e do Distrito Federal:

PRIMEIRA CLÁUSULA: Realização da reunião ordinária - O Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano no primeiro semestre, e, extraordinariamente, por convocação do Presidente ou a requerimento dos seus membros.

APROVADA POR DOIS TERÇOS DOS MEMBROS

SEGUNDA CLÁUSULA: Convidados em Reuniões do Conselho - Será permitida a participação de convidados para as Reuniões do Conselho, podendo se manifestar, mas sem direito a voto, desde que o convite seja informado com antecedência à Secretaria-Executiva do Conselho.

APROVADA A UNANIMIDADE

TERCEIRA CLÁUSULA: Comissões Temáticas - serão constituídas duas comissões temáticas, que se reunirão ao longo do ano, para tratar dos seguintes temas de interesse:
I) Políticas Institucionais e Acompanhamento Legislativo; II) Uniformização de

Procedimentos e Informatização. Deliberaram integrar a Comissão I os Estados da Bahia, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Santa Catarina e São Paulo, e a Comissão II os Estados do Acre, Amapá, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerias, Pará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Sergipe. Os demais Estados deverão apresentar sua escolha em 15 dias à Autoridade Central.

APROVADA A UNANIMIDADE

Brasília, 16 de junho de 2003.

Ministro Nilmário Miranda
Secretário Especial dos Direitos Humanos
Presidente do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras